

S.



R.

Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ - 2022

----- Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta e oito minutos, no Auditório Manuel Faria da Casa da Cultura de Alfândega da Fé, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 1 do artº 16º do Regimento da Assembleia Municipal, presidida pelo Deputado Carlos Alberto Silva Brás, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, iniciou a sessão pelo ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento)** -----

----- a) *Informações gerais e expediente:* -----

----- Informou que, relativamente a este ponto, deu entrada nos serviços um pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo membro Ondina Mafalda Ribeiro Seixas Soeiro, para apreciação desta Assembleia Municipal. Entretanto pediu para intervir o Membro Orlando Borges a quem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra. -----

----- O deputado Orlando Borges, cumprimentou os membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, todos os membros da assembleia, o público presente, bem como quem assiste a esta sessão "online" em sua casa. Aproveitou para dirigir os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo seu aniversário que aconteceu há uns dias atrás. Relativamente ao pedido de renúncia apresentado, o Membro Orlando Borges quis enaltecer este facto. Disse que se as pessoas não têm uma vida que lhes permita estar neste órgão, acha muito bem que façam essa renúncia, ao contrário de alguns que nos vieram habituando a vir no início do mandato e só voltam, praticamente, no final do mesmo, lamentando as sucessivas faltas destes elementos da Assembleia. -----

----- Não havendo mais nenhuma observação a colocar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou **ACEITE** o pedido de renúncia apresentado por Ondina Mafalda Ribeiro Seixas Soeiro. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à segunda secretária para proceder à chamada dos Senhores Deputados Municipais, pela ordem da lista de membros que constituem a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé no quadriénio de 2021/2025. -----

----- Assim, da **bancada do PS – Partido Socialista** registaram-se as presenças dos seguintes membros: -----

----- Carlos Alberto Silva Brás; Orlando Alberto Morais Borges; Carla Maria Bravo Franco; Carlos Manuel Gomes Alendouro; Catarina Afonso Mesquita e Mota, em substituição de Inês Alexandra Carvalho Herdeiro, e por impedimento do Senhor José António Martins Correia e da Senhora Joana Isabel Vargas Ribeiro, assinando, posteriormente, o Termo de Identidade e Legitimidade e declarando, publicamente, pela sua honra, que cumprirá com lealdade as funções que lhe foram confiadas e para as quais foi eleita; Helena Sofia Pantaleão Lisboa, em substituição de Maria João Reis Martins, tendo também assinado o Termo de Identidade e Legitimidade e declado, publicamente, pela sua honra, que cumprirá com lealdade as funções que lhe foram confiadas e para as quais foi eleita, e Domitila de Fátima Morais Branco. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, de ALFÂNDEGA DA FÉ, pela sua Presidente, Maria do Céu Cordeiro Martins Lopes; de CEREJAIS, pelo seu Presidente, Virgílio Alberto Vaz Amaro, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE FERRADOSA E SENDIM DA SERRA, pelo seu Presidente, Pedro Ricardo Realista Carvalho; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA E SENDIM DA RIBEIRA, pela sua Presidente, Ana Maria Ribeiro Pereira; da UNIÃO DE FREGUESIAS DE POMBAL E VALES, pelo seu Presidente, Diamantino Mário Soeiro Lopes; de VILARELHOS, pela representante da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Sílvia de Jesus Camelo Cunha. -----

----- Da **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé** registaram-se as presenças dos

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

seguintes membros: -----

----- Bruno Miguel Rebouta Rachado, Bruno Henrique Simões Veríssimo, Carlos Manuel Simões Martins, em substituição de Clara da Conceição Sousa Alves, convocada na sequência do pedido de renúncia apresentado por Ondina Mafalda Ribeiro Seixas Soeiro, Helena Maria Valença Freitas Azevedo, em substituição de António Baptista Bernardes Lopes Serra, que assinou o Termo de Identidade e Legitimidade e declarou, publicamente, pela sua honra, que cumprirá com lealdade as funções que lhe foram confiadas e para as quais foi eleito, e Ivanete Solange Carona Escobar. -----

----- Estiveram representadas as **Juntas de Freguesia da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, da UNIÃO DE FREGUESIAS DE EUCÍSIA, GOUVEIA E VALVERDE, pelo seu Presidente, Pedro Miguel Carpinteiro Bravo e de VILARES DA VILARIÇA, pelo seu Presidente, José Alberto Vilares Reis. -----

----- Em representação da JUNTA DE FREGUESIA DE SAMBADE, esteve presente o seu Presidente, Ricardo Jorge Outor Pimentel. -----

----- Por fim, a JUNTA DE FREGUESIA DE VILARCHÃO, foi representada pela sua presidente, Otelinda Sofia Pereira Jacinto. -----

----- Verificou-se depois um pedido de substituição apresentado pelo membro Daniel Martins, pelo facto de não poder estar presente nesta sessão, tendo sido convocado o cidadão imediatamente seguinte da lista, Maria João Trigo, que, entretanto, justificou a falta. Foi convocado o cidadão seguinte da lista, Luís Miguel Mascarenhas, que também não compareceu. -----

----- Verificou-se ainda a ausência, na **bancada do PS - Partido Socialista**, de António Manuel Aires Correia, que não justificou a sua falta. -----

----- Por parte das **Juntas de Freguesia do PS - Partido Socialista**, verificou-se a ausência, do Presidente da UNIÃO DE FREGUESIAS DE GEBELIM E SOEIMA, Hélio José Madureira Aires, que justificou a sua falta. -----

----- Verificaram-se também as ausências, na **bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP - Acreditar em Alfândega da Fé**, de Carlos Manuel Reboredo Almendra, que não justificou a sua falta e de Daniel Guedes dos Santos Martins, que justificou a sua falta. -----

----- Assim, houve vinte e três presenças e quatro ausências. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente aproveitou depois para cumprimentar todos os presentes, o Executivo Municipal, os membros da Assembleia, o público em geral e um cumprimento especial a quem inicia hoje funções como membro desta Assembleia, dizendo que as funções de um órgão deliberativo são de muita responsabilidade. Disse ainda que sempre que algum membro não possa estar presente, se faça representar e para isso aproveitou para apresentar à Assembleia um modelo de justificação de falta para que todos o possam seguir sempre que precisem de faltar, por forma a haver mais organização nos serviços, colocando, posteriormente, ao dispor de todos um exemplar em papel. Para além disso, disse que este modelo seguirá por correio eletrónico para todos poderem passar a adotar este documento aquando da necessidade de faltar e de se fazer substituir ou representar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia procedeu, de seguida, à continuidade dos trabalhos com a seguinte ordem do dia: -----

----- **1. Período Preliminar ao Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento):** -----

----- a) **Informações gerais e expediente;** -----

----- 1) **Pedido de renúncia ao mandato apresentado pelo membro Ondina Mafalda Seixas Soeiro – para**
APRECIÇÃO; -----

----- b) **Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2022 e sessão ordinária de 25-06-2022);** -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento);** -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento);** -----

S.



R.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

- a) Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade e da situação financeira do Município, de acordo com o n.º 2, alínea c), do Art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Monitorização do PAM do Município de Alfândega da Fé, nos termos do artigo 29.º, da lei nº 53/2014, de 25/08, conjugado com o Anexo I do Contrato PAM e Adenda ao Contrato - 2º trimestre de 2022 – para **CONHECIMENTO**; -----
- c) Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - ano 2023 – para **APROVAÇÃO**; -----
- d) Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) – Proposta de percentual a aplicar em 2023 – para **APROVAÇÃO**; -----
- e) Proposta para Fixação da Participação variável do IRS para 2022 e a cobrar em 2023 – para **APROVAÇÃO**; -----
- f) Proposta para Fixar a Taxa de Derrama para o exercício de 2022 e a cobrar em 2023 – para **APROVAÇÃO**; -----
- g) Revisão da Taxa de Juro do Contrato de Empréstimo de Assistência Financeira do Município de Alfândega da Fé – para **APROVAÇÃO**; -----
- h) Modificações aos Documentos Previsionais de 2022 - 3ª Alteração Permutativa ao OM| GOPS 2022 - para **AUTORIZAÇÃO** da Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 22º do DL nº 197/99 e artigo 6º, nº 1, al. c) da LCPA e artigo 12.º, nºs 1 e 2 do DL nº 127/2012, o que se traduz na autorização dos reforços de verbas efetuados para o ano de 2023 e seguintes; -----
- i) Modificações aos Documentos Previsionais de 2022 -5ª Alteração Permutativa ao OM| GOPS 2022 - para **AUTORIZAÇÃO** da Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 22º do DL nº 197/99 e artigo 6º, nº 1, al. c) da LCPA e artigo 12.º, nºs 1 e 2 do DL nº 127/2012, o que se traduz na autorização dos reforços de verbas efetuados para o ano de 2023 e seguintes; -----
- j) Modificações aos Documentos Previsionais de 2022 -6ª Alteração Permutativa ao OM| GOPS 2022 - para **AUTORIZAÇÃO** da Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 22º do DL nº 197/99 e artigo 6º, nº 1, al. c) da LCPA e artigo 12.º, nºs 1 e 2 do DL nº 127/2012, o que se traduz na autorização dos reforços de verbas efetuados para o ano de 2023 e seguintes; -----
- k) Modificações aos Documentos Previsionais de 2022 -11ª Alteração Permutativa ao OM| GOPS 2022 - para **AUTORIZAÇÃO** da Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 22º do DL nº 197/99 e artigo 6º, nº 1, al. c) da LCPA e artigo 12.º, nºs 1 e 2 do DL nº 127/2012, o que se traduz na autorização dos reforços de verbas efetuados para o ano de 2023 e seguintes; -----
- l) Financiamentos à Linha de Crédito BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020 - Proposta de autorização da candidatura/contratação de empréstimo até ao montante máximo de €1.051.405,71 – para **APROVAÇÃO**; -----
- m) Pedido de Autorização para utilização de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 30.º da Portaria n.º12-A/2021 de 11 de janeiro, para um Assistente Técnico para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – para **APROVAÇÃO**; -----
- 1. Parecer do FAM para recrutar um Assistente Técnico através da reserva de recrutamento no órgão ou serviço – complemento à aprovação do ponto m); -----
- n) Pedido de Autorização para utilização de reserva de recrutamento no órgão ou serviço, ao abrigo do disposto no n.º3 e n.º4 do artigo 30.º da Portaria n.º12-A/2021 de 11 de janeiro, para um Assistente Operacional/Jardineiro, para celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – para **APROVAÇÃO**; -----
- 1. Parecer do FAM para recrutar um Assistente Operacional/Jardineiro através da reserva de recrutamento no órgão ou serviço – complemento à aprovação do ponto n); -----
- o) Pedido de Autorização para Assunção de Compromissos plurianuais dos encargos com a educação – para **APROVAÇÃO**; -----
- p) Proposta de aceitação das competências no domínio da Ação Social: 01 de outubro de 2022 - para **APROVAÇÃO**; -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- q) Modelo de regulamento interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, nos termos do art. 8º/3, da Portaria nº 188/2014, de 18 de setembro, com a redação dada pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, no âmbito do processo de transferência de competências no domínio da Ação Social - para **CONHECIMENTO**. -----

----- **4. Período de Intervenção do Público (artº 22º e 41º do Regimento)** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos entrando no ponto: -----

----- **1. Período Preliminar à entrada do Período Antes da Ordem do Dia (nº 1 e 2 do artº 24º e artº 38º do Regimento)** -----

----- b) Aprovação das atas das sessões anteriores (Sessões ordinária e extraordinária do dia 25-04-2022 e sessão ordinária de 25-06-2022); -----

----- Informou que estavam presentes as atas das sessões ordinária e extraordinária de vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois e da sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e dois, previamente enviadas a todos os membros da Assembleia. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou as atas acima identificadas à votação, tendo sido as três aprovadas, por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte. -----

----- **2. Período Antes da Ordem do Dia (artº 24º e 38º do Regimento)** -----

----- Neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia propôs, em seu nome, um Voto de Pesar pelo falecimento de Sua Majestade, a Rainha Isabel II, que passou a ler, colocou à consideração de todos os membros e a seguir se transcreve: -----

----- "A Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, reunida em sessão ordinária aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, delibera apresentar ao povo britânico as mais profundas e sentidas condolências pela morte da Rainha Isabel II. -----

----- Sua Majestade Rainha Isabel II pautou o seu mandato com elevado sentido de estado e de respeito institucional pelos países aliados. -----

----- Portugal e Inglaterra, têm a mais antiga aliança em vigor entre dois Estados soberanos, pelo que o povo português habituou-se a respeitar e a acarinhar Sua Majestade. -----

----- Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, 10 de setembro de 2022" -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum deputado/a municipal pretendia intervir relativamente a este voto de pesar. Não se verificando nenhuma intervenção, colocou o Voto de Pesar acima transcrito à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três membros presentes. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir neste período de antes da ordem do dia, tendo-se inscrito o Membro Carlos Alendouro. -----

----- Por conseguinte, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Alendouro, cumprimentando todos os presentes. Disse que foi com muito agrado que deu conta que, durante este verão, foi dado o "pontapé de saída" oficial dos Lagos do Sabor, na área do Turismo, de uma maneira muito mais profissional. Acha que vai ser um grande arranque positivo, pois as casas/apartamento têm tido muita aderência por parte do Turismo de classe média/alta, o que é muito benéfico para a nossa região. Disse depois que se fosse possível, se o Município tem mais dados sobre eventuais projetos que venha a existir sobre Turismo nesta área sobre os nosso Lagos do Sabor, que neste momento ainda não estão explorados devidamente e têm um grande potencial para virmos a ser uma grande região na área do Turismo. -----

----- Entretanto, o Senhor Deputado Carlos Alendouro apresentou, em nome das duas bancadas mais um Voto de Pesar, que leu e a seguir se transcreve: -----

----- "Carlos Manuel Diniz Castilho, Assistente Operacional no Município de Alfândega da Fé, desempenhava funções no setor de armazém, equipamentos e oficinas da Divisão de Obras e Planeamento. -----

----- O desaparecimento prematuro, representa uma profunda dor e tristeza para todos nós e, em especial, para a sua esposa, filho e demais familiares. -----

S.



R.

8
Francisco

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Em face deste triste acontecimento, a Assembleia municipal de Alfândega da Fé, delibera: -----

----- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento; -----

----- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguma intervenção relativamente ao Voto de Pesar apresentado. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar, acima transcrito, à votação tendo o mesmo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. -----

----- De seguida, na sequência dos dois votos de pesar anteriormente apresentados, e por sugestão do Senhor Presidente foi feito um minuto de silêncio em memória das duas ilustres individualidades. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos serviços municipais que preparassem as certidões, com os Votos de Pesar aprovados nesta sessão e procedessem ao seu envio para a Embaixada Britânica em Portugal e para a família do Senhor Carlos Castilho, respetivamente. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se haveria mais alguma inscrição para este período de antes da ordem do dia, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal Bruno Veríssimo. -----

----- Usou depois da palavra o referido Deputado Municipal tendo inicialmente cumprimentado todos os presentes, desejando uma boa noite a todos e também àqueles que acompanham esta sessão pelas redes sociais. Disse que tinha dois pontos para apresentar e pediu ao Senhor Presidente da Assembleia autorização para dirigir estes assuntos ao Senhor Presidente da Câmara para ele poder esclarecer. Então, disse que um desses assuntos é na área da educação, ou seja, disse que soube que os concursos para fornecimento de bens alimentares para as cantinas das escolas tinham ficado "desertos". Perguntou então se isso inviabilizava o início normal do ano letivo. Continuou e referiu-se depois à questão dos transportes escolares, ou seja, disse ter sabido que alguns transportes de crianças, com três e quatro anos, não tinham o devido acompanhamento. Comentou que esta situação já tinha ocorrido no final do ano passado e pelo que percebeu, se nada vier a ser feito, voltará a acontecer, sobretudo no trajeto de Parada e Vilarchão. Quis então saber se o Senhor Presidente da Câmara tinha conhecimento do caso e se poderia esclarecer melhor aquela situação. -----

----- Continuando, o senhor Deputado Municipal Bruno Veríssimo, relativamente à segunda questão disse que esta está relacionada com o Programa 1º Direito, ou seja, quis saber o ponto de situação deste Programa. Sabe que este programa é um pouco burocrático, mas dada a sua dimensão financeira será uma oportunidade a não perder. Sabe ainda que os privados têm tido alguma dificuldade em juntar toda a documentação para poderem concorrer. Perguntou depois se a propriedade que já é da Câmara tem alguma previsão para começar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não verificando mais nenhuma inscrição para este ponto, agradeceu as intervenções feitas até ao momento e passou depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder esclarecer. -----

----- Por conseguinte, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, que começou por cumprimentar todos os presentes, bem como os que acompanham através das redes sociais esta sessão. Deu também um cumprimento especial às novas deputadas municipais, desejando-lhes muitas felicidades no desempenho destas honrosas funções. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que em nome do Executivo também se associa aos votos de pesar apresentados. Continuando, respondeu às questões colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Alendouro, relativamente aos Lagos do Sabor e às casas/barco que todos viram e que vieram a dinamizar o nosso território e a valorizar o nosso destino. Disse que de facto tiveram a sorte de um empresário da construção naval, engenheiro mecânico, do concelho de Aveiro se ter apaixonado pelo nosso território, concretamente pelos Lagos do Sabor, e ter investido na freguesia de Cerejais, desenvolvendo este projeto. Trata-se de um projeto muito alinhado naquilo que é a estratégia da Associação de Municípios do Baixo Sabor para o desenvolvimento dos Lagos do Sabor e que todos estão muito satisfeitos, ou seja, não só o Município de Alfândega da Fé mas os quatro municípios que compõem a Associação de Municípios. Para

S.



R.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Bruno Veríssimo'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

além disso, informou que estão a trabalhar em conjunto este destino e que estão a "dar passos" muito consistentes na implementação de uma estratégia que têm vindo a desenhar já há cerca de seis/sete anos, apesar de algumas dificuldades. Explicou ainda que têm um plano estratégico de desenvolvimento sócio-económico, no âmbito dos Lagos do Sabor, já aprovado em 2013 (dois mil e treze), mas que neste Quadro Comunitário não conseguiu ter programas de apoio/avisos específicos para este território. Entretanto, o Senhor Presidente disse ainda que têm outro aspeto negativo, ou seja, há cerca de seis/sete anos que têm estado sem um programa especial de gestão da albufeira do Baixo Sabor e é neste programa que querem verter aquilo que é estratégia da Associação. Entretanto, informou que no dia quatro de outubro vão ter uma nova reunião do Conselho Estratégico para consolidarem este plano, o Programa e que convidaram os presidentes das principais entidades que são parceiras da Associação, tal como a CCDR, o ICNF, a APA. Convidaram também o Ministro do Ambiente e a Ministra da Coesão para estarem com eles nesse dia e poderem avançar e fechar aquilo que é a visão dos quatro Municípios para este território. O Senhor Presidente da Câmara informou também que este plano estratégico está neste momento a ser revisto, apesar de estar completamente alinhado naquilo que são os eixos e as orientações do Portugal 2030 e do PRR, contudo entenderam que era melhor simplifica-lo e manter os cinco eixos de dinamização do território para que possam efetivamente aplicar programas e investimento no território dirigidos a todos, isto é, não só às freguesias e ao Município, mas também aos nossos empresários, aos jovens e à economia social. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda que no passado mês de agosto, reuniram com a CCDR e que o nosso PROVER está muito avançado, ou seja, os quatro municípios defendem há algum tempo que os Lagos do Sabor deverão ter no próximo Quadro Comunitário, um programa de valorização económica específico para estes Lagos. Esclareceu que esse trabalho tem vindo a ser desenvolvido nos últimos meses e certamente até ao final do mês ou no início de outubro irão ser brindados com essa boa notícia de que os Lagos do Sabor vão também ter um programa específico para o nosso território que vai ser muito importante para criarem as bases de desenvolvimento deste plano estratégico para a próxima década. Informou ainda que tudo isto vem no seguimento da certificação que têm estado a fazer das Estações Náuticas dos Lagos do Sabor, que também está incluído nesta estratégia. Disse que ainda não têm infraestruturas, mas todos estes planos consistem em terem linhas orientadoras, pactos sociais com o território, para poderem desenvolver estas estratégias com todos. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que é isso que têm estado a fazer com as Estações Náuticas e com a Bio-Região. Informou depois que estão muito perto de terem esta certificação para o território e que têm a ambição de já no próximo dia dezasseis de outubro, que é o Dia Mundial da Alimentação, poderem ter a certificação da "Bio-Região Lagos do Sabor". Continuando, informou também que estão a preparar mais uma iniciativa com a Região de Turismo do Porto e Norte para o próximo mês de outubro, ou seja, um festival aéreo de balonismo, designado de, "Sabor Air Fest", e que é participado a 100% (cem por cento) pelo Turismo do Porto e Norte. Esclareceu que é uma iniciativa que, em breve, irão apresentar e será mais uma forma de dinamizarem, valorizarem e promoverem o território e o nosso turismo. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara deu ainda nota de que na corrente semana tinha sido lançado um concurso público para investimento em obras nalgumas capelas do nosso Concelho e dos Concelhos que compõem a Associação de Municípios para poderem construir em conjunto uma rota supramunicipal que se chama "História a Fresco – Pintura Mural". Explicou que é a Rota dos Frescos que pretendem fazer em conjunto numa visão integrada do Território de Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros, que também prevê um Centro Interpretativo em Macedo de Cavaleiros. Concluiu dizendo que em breve haverá mais notícias relacionadas com os Lagos do Sabor. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Bruno Veríssimo, o Senhor Presidente esclareceu que no que diz respeito à questão da Educação, é verdade que todos os concursos de fornecimentos de bens para a cantina da Escola ficaram desertos, nomeadamente, para a aquisição de leite, iogurtes, mercearia, carnes, fruta e legumes. Disse que estão a ter um impacto brutal da subida de preços e da inflação nos custos energéticos. Informou que, no entanto, já tinham feito segundos concursos e, com a revisão de preços que teve de ser feita e com a sua subida, já estavam a conseguir entregar esses fornecimentos a comerciantes e empresários do Concelho. Informou que o início do ano letivo não está de forma alguma em causa, mas estão preocupados pois vão ter um grande impacto financeiro. Quanto à questão colocada

S.



R.

[Handwritten signatures in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

relativamente aos transportes, o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, disse que não tem conhecimento que haja problemas, esclarecendo que todos os alunos têm acompanhamento de funcionários do Município. Lembrou que no ano anterior houve queixas no sentido de que algumas cadeiras não ofereciam segurança, mas que este ano têm. O Senhor Deputado Bruno Veríssimo explicou melhor a sua intervenção, dizendo que o problema foi discutido numa reunião de encarregados de educação e isso aconteceu no final do ano passado e era no circuito entre Parada e Vilarchão. Explicou que o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas tem conhecimento da situação e que quando foi confrontado com esta pergunta, a resposta foi que não dependia dele, mas sim da Autarquia, mas que não iria descansar enquanto o problema não ficasse resolvido. O Senhor Presidente da Câmara explicou depois que, de facto, no ano passado, tiveram uma situação que foi sanada da seguinte forma: pediram a uma funcionária, residente na Parada, que se deslocasse para Vilarchão e acompanhasse os alunos até Vilarchão e depois regressasse na sua viatura para a sua residência. Ora, essa funcionária foi compensada com a isenção de horário, disse, para colmatar o acréscimo de trabalho e a situação ficou resolvida dessa forma. Contudo, disse que vão averiguar a situação e agradeceu ao Senhor Deputado. Relativamente à questão do Programa 1º Direito que o Senhor Deputado Bruno Veríssimo colocou, o Senhor Presidente da Câmara explicou que este projeto tem tido sucessivos atrasos e que ninguém mais do que o Executivo está chateado com estes atrasos e não terem ainda conseguido responder aos anseios de muitas famílias, com os vários problemas que sabe que têm nas suas habitações. Informou que, felizmente, já têm as primeiras candidaturas em fase de aprovação para os beneficiários diretos desta medida e explicou que houve um grande atraso porque foi feita uma transição do Programa 1º Direito para o Programa PRR no final do ano passado e o IRHU não tinha capacidade humana de resposta. Essas questões foram depois colocadas à Senhora Secretária de Estado da Habitação, Marina Gonçalves e com o recrutamento de mais técnicos que IRHU está a fazer, durante o corrente mês irão ter algumas candidaturas finalmente aprovadas. Quanto às casas que o Município irá a dinamizar, no sentido de adquirir e reabilitar para fazer habitações sociais, o Senhor Presidente explicou que esse processo está mais atrasado porque o IRHU está a solicitar mais informações e só depois é que poderão submeter a nova candidatura que vai substituir a inicialmente submetida, para depois poderem fazer as escrituras das casas que estão já com um contrato de promessa de compra e venda e depois darem início às obras de reabilitação dessas habitações -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois à leitura do ponto três, que é o Período da Ordem do Dia e que a seguir se descreve: -----

----- **3. Período da Ordem do Dia (artº 25º e 39º do Regimento)** -----

----- **a) INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Para conhecimento, foi distribuída uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de seis de setembro de dois mil e vinte e dois, previamente comunicada a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, continuando no uso da palavra, disse que este assunto vem no seguimento do que é habitual e onde vem toda a informação relativa à atividade desenvolvida pelo Município. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara destacou alguns pontos e no que se refere à Divisão de Obras e Planeamento, disse que finalmente a Reabilitação e Ampliação da Zona Industrial "arrancou". Informou que o estaleiro da obra já começou a ser instalado e, apesar de terem iniciado a uma velocidade um pouco lenta, durante o corrente mês iniciarão com trabalhos de mobilização de terra e é uma obra que terá de estar terminada até ao início do mês de junho do próximo ano. Outra boa notícia que o Senhor Presidente deu, foi o facto de já terem recebido o Visto do Tribunal de Contas da obra de Reabilitação e Ampliação do Lagar D'El Rei. No entanto, ainda aguardam o Visto do Tribunal de Contas para a segunda Fase da Escola Secundária, que espera venha durante a próxima semana. Disse que esta obra já tem um plano de trabalho estabelecido com o empreiteiro e há disponibilidade imediata por parte do mesmo para iniciar a obra que espera ser em breve. Entretanto, o Senhor Presidente disse que, relativamente à obra do Museu Municipal – Casa do Arcebispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura, tiveram de fazer a posse administrativa da mesma porque houve uma

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

derrapagem nos prazos. Explicou que foi feita uma revisão do caderno de encargos, foi necessário proceder à revisão dos preços mas pensa que, durante este mês ou no início de outubro, poderão entregar esta obra ao novo empreiteiro para também poderem cumprir o prazo de a terminarem até junho do próximo ano. -----

----- Relativamente à Divisão de Urbanismo e Ambiente e à Divisão de Águas e Saneamento, o Senhor Presidente da Câmara disse que a informação contém os habituais números com os prazos de resposta aos pedidos dos munícipes que se mantêm em níveis muito razoáveis. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Câmara falou da seca que se está a viver e do plano de contingência que têm vindo a aplicar nos últimos seis meses no nosso Concelho. Agradeceu às pessoas que constituem a Associação de Beneficiários e Regantes de Alfândega da Fé, aos Presidentes de Junta que têm colaborado com a Câmara Municipal, à Associação dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé. Disse que desde o mês de março têm vindo a tomar medidas de forma gradual e têm conseguido ter reservas de água, apesar de estarem muito baixas, ou seja, na Barragem de Sambade têm menos de 25% (vinte e cinco por cento) do volume armazenado e na Barragem da Esteveinha, têm menos de 30% (trinta por cento). Na Barragem da Camba, informou que, fruto do investimento que foi feito no regadio e à instalação de contadores, têm 75% (setenta e cinco por cento) de água armazenada e a ETA desta Barragem está em funcionamento desde março, ou seja, anteciparam muito cedo a reabertura desta ETA para abastecer uma parte do Concelho. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara disse que sentiu muita responsabilidade cívica da parte da nossa população durante este verão, pois face ao ano passado e mesmo havendo mais gente no Concelho, compraram menos água às Águas do Norte do que no verão anterior. Disse que isso também revela preocupação e responsabilidade por parte de todos em matéria de poupança de água. O Senhor Presidente disse ainda que também foi por isso que conseguiram manter a rede de rega para os agricultores poderem regar até quase ao final de agosto, pois nesta altura teve de ser encerrada para as necessidades precárias do Município. No entanto, disse que foram abandonando de forma gradual as regas e alguns espaços verdes dessa rega. No final de agosto fecharam totalmente a água da rega e irá continuar fechada, pois têm que ser aplicadas medidas de contingência a curto prazo. O Senhor Presidente da Câmara informou também que neste verão a aldeia de Soeima esteve sem água própria para consumo e os Bombeiros tiveram de a transportar, tendo depois dirigido um profundo agradecimento a estes Soldados da Paz. Entretanto, disse que estão a melhorar as captações e as nascentes na Serra de Bornes, com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente, com quem estabeleceram um protocolo para poderem ser financiados no valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros) para poderem fazer estas obras de melhoria, quer para a bomba na aldeia de Soeima, quer para a recuperação das nascentes na Serra de Bornes. Informou que é na Serra de Bornes onde se verifica mais falta de água e consequentemente nas aldeias em seu redor, como é o caso de Vila Nova, Covelas e Sambade. Por isso disse que têm que continuar preocupados com a seca e com o nível da água até porque as previsões do IPMA são que até março do próximo ano a precipitação ficará muito abaixo de um ano normal, daí que a rega tenha que fechar rapidamente para garantir que haja água na próxima campanha de rega e obviamente para o consumo humano. Disse que vão continuar a trabalhar em medidas de contingência para ajudar à poupança de água junto da nossa população e em breve irão, em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, apresentar mais projetos. Para além disso também estão a trabalhar, com esta Agência e com as Águas do Norte, em projetos estruturantes que aumentem a resiliência, que criem mais reservas e que deem mais capacidade para resistir a anos como estes, pois já todos perceberam que vão ter mais anos de seca ainda mais severa. Para além disso, o Senhor Presidente da Câmara disse que também têm que aumentar a capacidade de gestão e acredita que todos vão ter mais consciência com a poupança da água e a fazer uma utilização mais racional da água. Informou depois que querem reforçar o abastecimento de água à Barragem de Sambade, que abastece grande parte do Concelho e que seria uma grande obra o facto de poderem canalizar mais água no sentido de aumentar a bacia hidrográfica da Barragem de Sambade para poderem ganhar mais resiliência. Disse depois que já falaram com governantes e exigiram que sejam abertos, no PRR, avisos para poderem construir mais charcas na zona da Serra de Bornes e também querem mais dinheiro para a reabilitação de redes de abastecimento de água. Entretanto disse que os nossos governantes não se podem queixar que os Municípios não tiveram responsabilidade

S.



R.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

no último Quadro Comunitário e para além disso informou que estão preparados para reabilitar as redes do Concelho, pois já candidataram duas vezes a rede abastecimento de água da Vila, que é onde há maior desperdício de água e os projetos não vieram aprovados. Contudo, disse que estão preparados para os poder voltar a candidatar e já comunicaram essa pretensão aos nossos governantes. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Câmara informou que, no que diz respeito à Divisão Jurídica, Administrativa e Recursos Humanos, esta rubrica contém um ponto novo relacionado com as execuções fiscais, que vem no seguimento do protocolo assinado com a Autoridade Tributária no final do ano passado. Informou que já conseguiram implementar o processo e podem ver o ponto da situação neste documento. Esclareceu que este processo será mensal. -----

----- Relativamente à Divisão Financeira, o Senhor Presidente da Câmara informou que vem o habitual ponto da situação financeira, que efetivamente traduz uma maior dificuldade nas contas do Município e um maior atraso no pagamento das dívidas. Para além disso, explicou que também estão com uma grande derrapagem na execução da receita e da despesa, fruto do atraso que têm vindo a ter na aplicação das candidaturas e dos projetos financiados pela União Europeia, como é o caso, da Zona Industrial, Lagar D'El Rei, Escola Secundária, Casa do Arcebispo D. José de Moura e como tal, em breve terão que ponderar em fazer uma revisão deste orçamento. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara pediu à funcionária Helena Simões para distribuir um dossier a todos os membros onde consta um ponto de situação relativamente ao BUPI – Balcão Único do Prédio. Lembrou que Alfândega da Fé foi um projeto pioneiro, a nível nacional, em 2017 (dois mil e dezassete). Explicou que neste ano dez municípios aderiram a este protocolo com o Governo para avançarem para a georreferenciação, a simplificação do registo das propriedades rústicas, com a gratuidade dos respetivos registos na Conservatória e Alfândega da Fé foi um exemplo, a nível nacional, graças ao empenho de todos, aos alfandeguenses, aos presidentes de junta e aos nossos técnicos, que durante dois anos fizeram um ótimo trabalho. Esclareceu que atualmente têm cerca de 52% (cinquenta e dois por cento) da área do nosso Concelho, georreferenciada, o que é muito bom, a nível nacional. Informou que ele o Senhor Vereador Rui Figueiredo reuniram com a estrutura de missão deste projeto, com a coordenadora Carla Madeira, e foi-lhes pedido para darem um maior impulso e aumentar a área georreferenciada, o que será bom para melhor conhecimento do nosso território. Contudo, disse que algumas pessoas pensam que ao georreferenciarem os seus terrenos, os respetivos impostos serão aumentados, mas não é verdade. Explicou que a georreferenciação serve para ajudar as pessoas. Disse que nesse dossier está um mapa do Concelho e as parcelas sinalizadas a vermelho são as que já estão georreferenciadas, destacando o facto de o Concelho já estar bem pintado de vermelho. Explicou ainda que neste documento é possível fazer uma análise deste tema e solicitou depois empenho e disponibilidade para, em breve, voltarem a fazer um plano com sessões de esclarecimentos e informação e disse que, caso seja necessário, irão às aldeias os dias que forem precisos para prestar essas informações e esses esclarecimentos nas instalações das Juntas de Freguesia. -----

----- Prossequindo com os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum membro pretendia intervir. Manifestou vontade em intervir o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes. -----

----- Usou então da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales. Começou por enaltecer o dinamismo que a Câmara demonstra no aproveitamento dos recursos financeiros que tem ao seu dispor, mas disse que deveriam pensar melhor no futuro, ou seja, o Senhor Presidente da Câmara falou na questão da captação de água e da sua reutilização com a construção de novas capacidades de retenção, mas o problema do Concelho de Alfândega da Fé não era esse. Explicou que o Concelho tem seis barragens no seu território, que mais nenhum concelho do País tem e que o que poderá haver são barragens com maior capacidade de água, mas em tão grande número não há nenhum. Por isso entende que aumentar o número de barragens não será a solução para o problema, mas sim resolver as perdas que existem e ver a questão da rede de distribuição. Assim entende que a reformulação da rede de distribuição deve ser a preocupação e as candidaturas que venham a seguir deveriam ser para a reformulação das redes de distribuição. O Senhor Presidente da União de Freguesias, Diamantino Mário Lopes, disse ainda que, relativamente à rede viária, sabe que nos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

últimos anos não tem havido grandes financiamentos para a remodelação de redes viárias, mas a estrada que liga Alfândega da Fé ao Pombal é a estrada com maior trânsito no Concelho e há muito tempo que precisa de ser remodelada e por isso espera que o Executivo procure, com rapidez e eficácia, uma solução para esta estrada, pois serve a população de Pombal, Vilarelhos e Vilares da Vilarça. -----

----- Usou, de seguida, da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, para responder ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, dizendo que ele colocou questões pertinentes. Relativamente à água e à eficiência, disse concordar com o Senhor Diamantino Mário Lopes, pois de facto o Concelho de Alfândega da Fé tem muitas barragens e grande parte delas são para regadio e ainda bem, disse. Com a questão da defesa de medidas estruturantes, disse que não querem fazer mais barragens, para além da Barragem de Gebelim, mas esta será para regadio. No caso de Sambade, querem reforçar a Barragem existente com o aumento da bacia hidrográfica, melhorando muito o sistema de Sambade e da Esteveinha. Entenderam que são precisas algumas charcas, na zona da Serra de Bornes, não só para a agricultura, mas também para o combate aos incêndios. Disse depois que Trás-os-Montes é a zona que mais está a sofrer com a seca. No que diz respeito à rede viária, o Senhor Presidente da Câmara concordou com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales e disse que esse é um compromisso sobre o qual estão a trabalhar. Explicou que tem projetos com expectativas de os vir a financiar no âmbito do Roteiro das Barragens. Informou depois que já têm um projeto de execução feito pela Associação de Municípios e entregue há cerca de um mês, para a estrada de reabilitação de Alfândega da Fé ao Pombal, que é também uma grande necessidade e para além disso querem encontrar uma solução para o seu financiamento. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou à leitura do ponto seguinte e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- b) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PAM DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, NOS TERMOS DO ARTIGO 29.º, DA LEI Nº 53/2014, DE 25/08, CONJUGADO COM O ANEXO I DO CONTRATO PAM E ADENDA AO CONTRATO – 2º TRIMESTRE – PARA CONHECIMENTO -----

----- Neste ponto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Tavares, que explicou ser um assunto, cujos órgãos autárquicos, Câmara e Assembleia Municipais, têm que ter conhecimento, colocando-se depois à disposição dos membros da Assembleia Municipal para eventuais esclarecimentos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos: -

----- c) PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) - ANO 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer e desafiou-o a falar deste e das alíneas d), e) e f), uma vez que estão todos relacionados com impostos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, concordou com o Senhor Presidente da Assembleia em falar de todas alíneas em conjunto. Disse que relativamente a esta alínea, a proposta vai no seguimento da revisão que foi aprovada em 2019 (dois mil e dezanove), ou seja, propor uma redução desta taxa. Essa proposta é de 0,380% (zero vírgula trezentos e oitenta por cento), estando atualmente em 0,395% (zero vírgula trezentos e noventa e cinco por cento), ou seja, vai haver uma redução de 0,15% (zero vírgula quinze por cento), o que corresponde a uma diminuição de 4% (quatro por cento) da taxa de IMI. Disse que relativamente à Taxa variável de IRS e à Taxa da Derrama a proposta é a manutenção das taxas máximas previstas no Programa de Ajustamento Municipal. Quanto à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, o Senhor Presidente da Câmara disse que o valor é zero, à semelhança do que sempre foi proposto, porque a informação que têm é que se aplicarem algum valor nesta taxa é que depois esses custos são imputados aos consumidores e obviamente que não querem onerar a mais os munícipes do Concelho com mais custos em telecomunicações. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea c) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, conforme proposta

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4667 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), o seguinte: -----

----- 1. Aprovar a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,380%, (zero vírgula trezentos e oitenta por cento), como medida de desagravamento deste imposto, para os prédios urbanos, conforme alínea c), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas; -----

----- 2. Aprovar a redução da taxa de IMI dos atuais 0,395% (zero vírgula trezentos e noventa e cinco por cento) para 0,380% (zero vírgula trezentos e oitenta por cento) em 2022 (dois mil e vinte e dois) e redução incremental anual de 0,015% (zero vírgula zero quinze por cento); -----

----- 3. Aprovar a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para os prédios rústicos, conforme alínea a), do nº 1 e nos termos do nº 5 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com todas as alterações legislativas introduzidas. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos: -

----- d) TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- A explicação desta alínea está na alínea anterior. -----

Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea d) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4659 (quatro mil quinhentos e cinquenta e nove) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), aprovar a proposta de percentual a aplicar em 2022 (dois mil e vinte e dois), 0% (zero por cento), referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

----- e) PROPOSTA PARA FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2022 E A COBRAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- A explicação desta alínea está na alínea c). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea e) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, aprovar, nos termos da proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4660 (quatro mil seiscentos e sessenta) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), a fixação da participação na percentagem de 5% (cinco por cento) no IRS dos sujeitos passivos com domínio fiscal no concelho de Alfândega da Fé relativamente aos rendimentos do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), a liquidar em 2023 (dois mil e vinte e três). -----

----- f) PROPOSTA PARA FIXAR A TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E A COBRAR EM 2023 – PARA APROVAÇÃO -----

----- A explicação desta alínea está na alínea c). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea f) do ponto três à votação, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, conforme proposta registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4661 (quatro mil seiscentos e sessenta e um) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), aprovar o lançamento em 2023 de uma Derrama de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, lendo o ponto seguinte: -----

----- g) REVISÃO DA TAXA DE JURO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ – PARA APROVAÇÃO -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Disse que este assunto é uma boa notícia. Explicou que em 2016 (dois mil e dezasseis), quando aderiram ao

S.



R.

Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

FAM e fizeram o Programa de Ajustamento Municipal, fizeram um empréstimo junto do FAM. Nas suas condições, ao fim de cinco anos, podiam pedir a revisão da taxa de juro deste empréstimo e como tal estão agora a fazê-la. A taxa de juro, em 2016 (dois mil e dezasseis) estava fixada em 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento) e com esta revisão que já foi aprovada pelo FAM irá descer para 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento), ou seja, há uma forte redução de quase 50% (cinquenta por cento), dizendo que é bom e certamente todos votarão a favor. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esclarecimento e perguntou de algum membro pretendia intervir. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea g) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, aprovar, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 4996 (quatro mil novecentos e noventa e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), a adenda ao contrato de Empréstimo de Assistência Financeira, a qual inclui a alteração à cláusula 5ª e fixa a taxa de juro do empréstimo em 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte da ordem de trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia, a saber: -----

----- **h) MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 - 3ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM|GOPS 2022 - PARA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 22º DO DL Nº 197/99 E ARTIGO 6º, Nº 1, AL. C) DA LCPA E ARTIGO 12.º, NºS 1 E 2 DO DL Nº 127/2012, O QUE SE TRADUZ NA AUTORIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE VERBAS EFETUADOS PARA O ANO DE 2023 E SEQUINTE** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à explicação deste ponto e convidou o Senhor Presidente, Eduardo Tavares, para esclarecer esta alínea e as alíneas i), j) e k), uma vez que são assuntos conexos. O Senhor Presidente da Câmara aceitou o desafio e disse que de facto são assuntos idênticos, ou seja, são alterações permutativas e são assuntos que já foram submetidos a reunião de câmara para conhecimento e vêm porque ainda não tiveram o visto do Tribunal de Contas da segunda fase da Escola. Explicou que, na verdade, todos os anos as rubricas são ajustadas, mediante a sua execução e, como há uma derrapagem significativa nas obras financiadas, neste caso concreto da Escola, houve uma reafecção de verbas de 2022 (dois mil e vinte e dois) para 2023 (dois mil e vinte e três) e, como são investimentos plurianuais e estas alterações permutativas ultrapassam os cem mil euros, compete à Assembleia Municipal aprovar efetivamente essas alterações, para depois poderem responder ao último pedido de esclarecimento solicitado pelo Tribunal de Contas para a obra da Escola e assim obterem o respetivo visto. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esclarecimento e perguntou de algum membro pretendia intervir. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea h) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar a assunção dos referidos compromissos, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 1218 (mil duzentos e dezoito) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte: -----

----- **i) MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 -5ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OM|GOPS 2022 - PARA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 22º DO DL Nº 197/99 E ARTIGO 6º, Nº 1, AL. C) DA LCPA E ARTIGO 12.º, NºS 1 E 2 DO DL Nº 127/2012, O QUE SE TRADUZ NA AUTORIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE VERBAS EFETUADOS PARA O ANO DE 2023 E SEQUINTE** -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- A explicação desta alínea está na alínea h). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea i) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar a assunção dos referidos compromissos, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 2423 (dois mil quatrocentos e vinte e três) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- **j) MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 -6ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OMI GOPS 2022 - PARA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 22º DO DL Nº 197/99 E ARTIGO 6º, Nº 1, AL. C) DA LCPA E ARTIGO 12.º, NºS 1 E 2 DO DL Nº 127/2012, O QUE SE TRADUZ NA AUTORIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE VERBAS EFETUADOS PARA O ANO DE 2023 E SEGUINTE** -----

----- A explicação desta alínea está na alínea h). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea j) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar a assunção dos referidos compromissos, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 2736 (dois mil setecentos e trinta e seis) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- **k) MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2022 -11ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO OMI GOPS 2022 - PARA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 22º DO DL Nº 197/99 E ARTIGO 6º, Nº 1, AL. C) DA LCPA E ARTIGO 12.º, NºS 1 E 2 DO DL Nº 127/2012, O QUE SE TRADUZ NA AUTORIZAÇÃO DOS REFORÇOS DE VERBAS EFETUADOS PARA O ANO DE 2023 E SEGUINTE** -----

----- A explicação desta alínea está na alínea h). -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea k) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar a assunção dos referidos compromissos, nos termos e de acordo com o referido na informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5017 (cinco mil e dezassete) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- **l) FINANCIAMENTOS À LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 | AUTARQUIAS, QUE TEM COMO OBJETIVO FINANCIAR A CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO APROVADOS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DO PORTUGAL 2020 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CANDIDATURA/CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE €1.051.405,71 – PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à explicação deste ponto. O Senhor Presidente, Eduardo Tavares, realçou o facto de este assunto ser apenas uma autorização para fazerem uma candidatura de financiamento à linha BEI do Portugal 2020 até cerca de um milhão e cinquenta mil euros e não para aprovarem nenhum empréstimo. Será para financiamento da contrapartida nacional, ou seja, será para a Câmara Municipal poder financiar a parte que não é financiada pelos fundos comunitários e a sua estimativa é que chegue a cerca de um milhão e cinquenta mil euros. Explicou depois que sabem que para este empréstimo existem regras e há investimentos que não são elegíveis e não são financiados. O Senhor Presidente explicou ainda que este empréstimo é excecionado da nossa dívida, não tendo por isso impacto para o endividamento nos próximos quinze anos. Explicou também que os motivos que originaram a necessidade de contratar este empréstimo são as dificuldades dos últimos anos, o impacto brutal que tiveram com as revisões dos projetos de execução e com a escalada de preços. Assim, o Senhor Presidente da Câmara disse que o facto de terem concentrado três candidaturas que perfazem um

S.



R.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

total de quatro vírgula um milhões de euros e que têm que executar num espaço inferior a um ano, não têm condições financeiras para as fazerem sem recurso a este empréstimo e claro que também não podem perder os financiamentos europeus. Disse ainda que estes projetos são estruturantes para o Concelho, para a nossa economia, para melhorarem a educação dos jovens, para trabalharem melhor o turismo e promoverem melhor os produtos endógenos, entre outros. Entretanto informou que também já estão a trabalhar com o Fundo de Apoio Municipal para fazerem uma revisão ao Programa de Ajustamento Municipal, no sentido de poderem encaixar a contração deste empréstimo. Explicou que querem continuar a cumprir os objetivos que têm e as respetivas metas, mas vão ter de fazer essa revisão e, caso o empréstimo venha a ser aprovado, também terá de ser submetido a aprovação do FAM e consequentemente, após a aprovação do FAM terá de vir a aprovação final da Assembleia Municipal, que espera vir a acontecer durante o mês de outubro. Concluiu dizendo que têm que encontrar soluções e respostas à altura das dificuldades do momento, pois ninguém previa, quando foi feita a revisão do Programa de Ajustamento Municipal que iam ter a maior pandemia dos últimos cem anos, que iam ter as mais altas taxas de inflação dos últimos trinta anos, que iam ter quase uma terceira guerra mundial e outras dificuldades que foram surgindo e têm que assegurar a atividade normal do Município, sem pôr em causa a educação e outras funções muito importantes que também têm que assegurar, como é o caso do apoio às freguesias, populações, movimentos associativos e como tal precisam de contrair este empréstimo para poderem responder a todas estas dificuldades. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia intervir neste ponto, tendo-se inscrito para intervir o Senhor Deputado Orlando Borges. -----

----- Usou então da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges dizendo que tomou boa nota de tudo o que o Senhor Presidente da Câmara explicou e que o Senhor Presidente pode sempre contar com ele e com a Bancada do Partido Socialista para aquilo que achar necessário. Disse ainda que não é fácil ter este rigor porque num espaço de três meses tudo muda, a inflação é galopante e a coragem que este Executivo tem está no bom caminho. Referiu ainda que as coisas neste momento são diferentes daquilo que eram no passado e espera que continuem neste caminho, ou seja, ajudar a população e não olhar para trás e reiterou o facto de poderem contar com a Bancada do Partido Socialista. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia questionou novamente se mais algum membro pretendia intervir, verificando-se a inscrição do Deputado Bruno Veríssimo. -----

----- Interveio, então, o Senhor Deputado Bruno Veríssimo, dizendo que comunga das palavras que o Senhor Deputado Orlando Borges transmitiu ao Senhor Presidente da Câmara e que prova disso é a aprovação do orçamento de gestão por parte da sua bancada – a Coligação do PSD/CDS-PP “Acreditar em Alfândega da Fé”. Disse ainda que, para além da guerra e da inflação, há também outras questões, como a diminuição do financiamento do Estado Central para as Autarquias, que também é um motivo para as dificuldades financeiras que se verificam e que, por isso, o Senhor Presidente da Câmara pode contar com a sua bancada para o que for necessário. Entretanto disse não saber exatamente se é correto o que vai dizer, mas na reunião de câmara onde este assunto esteve presente, pareceu-lhe perceber que o Senhor Presidente da Câmara disse que este ponto teria de ser aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa questão da unanimidade foi levantada pelo Senhor Vereador Vítor Bebiano e não sabe porque ele disse isso. Esclareceu que isso não tem de ser assim. O Senhor Deputado Bruno Veríssimo continuou a sua intervenção enaltecendo o trabalho financeiro que o Executivo Municipal tem feito, deixando os votos de plena confiança e que continue com o seu trabalho. Reiterou depois o facto de poderem contar com a sua bancada para o que for preciso. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente da Câmara para registar a forma construtiva como ambas as bancadas reagiram a este ponto. Manifestou assim contentamento e disse que de facto estão a viver um momento de excecionalidade e têm que se encontrar as soluções para continuar a dar respostas às nossas populações. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal entretanto esclareceu que não há nenhuma votação que careça de unanimidade no que diz respeito aos Órgãos Autárquicos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea l) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar, nos termos

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

da proposta, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o nº 5162 (cinco mil cento e sessenta e dois) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), a candidatura/contratação de empréstimo, até ao montante de €1.051.405,71 (um milhão cinquenta e um mil, quatrocentos e cinco euros e setenta e um cêntimos) da Linha BEI PT2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados, no âmbito dos programas do Portugal 2020. -----

----- Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à leitura do ponto seguinte e pediu ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que a diferença entre os pontos m) e n) são apenas as categorias dos postos de trabalho: -----

----- **m) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 E N.º 4 DO ARTIGO 30.º DA PORTARIA N.º12-A/2021 DE 11 DE JANEIRO, PARA UM ASSISTENTE TÉCNICO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **1. PARECER DO FAM PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE TÉCNICO ATRAVÉS DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO – COMPLEMENTO À APROVAÇÃO DO PONTO m)** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, Eduardo Tavares para esclarecer as alíneas m) e n), em conjunto. Disse que a proposta apresentada é para aproveitar uma reserva de recrutamento que ainda está em vigor e que termina durante o corrente mês, mais concretamente no dia dezasseis de setembro, para poder suprir algumas necessidades que têm em termos de recursos humanos. Explicou que a evolução, no que diz respeito ao número de funcionários no Município, tem vindo a ser descendente, ou seja, em trinta de dezembro de dois mil e vinte e um, o Município tinha duzentos e dezasseis funcionários e atualmente tem duzentos e dez e a perspetiva é chegar ao final do ano com ainda menos dez funcionários no ativo. Disse que querem aproveitar esta reserva de recrutamento para contratar um assistente técnico e um assistente operacional, na medida em que estão com dificuldades em algumas áreas, nomeadamente, na área das Águas e Saneamento, na monitorização dos dados, no atendimento, na área da Divisão Financeira, no Aprovisionamento, na monitorização das viaturas, etc, e tudo isto é feito por Assistentes Técnicos. Como tiveram algumas saídas e o falecimento de um funcionário, já foram feitas algumas mudanças, mas continuam com dificuldades nesta matéria. O Senhor Presidente da Câmara continuou dizendo que na área dos jardins tiveram também algumas saídas, na sequência de reformas e outra saída foi por vontade do trabalhador, que entretanto se despediu. Explicou que isso causou algumas dificuldades, também pelo facto de alguns trabalhadores já estarem perto da idade da reforma e em breve sairão e outros têm problemas de saúde e estão com algumas limitações. Por isso querem aproveitar esta reserva de recrutamento para suprir essas dificuldades, no sentido de poder dar melhores respostas. O Senhor Presidente da Câmara explicou ainda que este assunto foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara e em complementarmente, vem também o parecer favorável do FAM. Depois informou que a expectativa é diminuir a massa salarial a que são obrigados para poderem contratar até ao final do ano e por isso o que propõem é ir buscar estes dois trabalhadores através da reserva de recrutamento e com início de contrato apenas a quinze de dezembro, uma vez que é nesta data que têm as expectativas da descida da massa salarial e é com estas condições que se propõe a aprovação destes pontos. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum membro pretendia usar da palavra para intervir, o que não se verificou para nenhum dos pontos. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea m) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar o recrutamento de um Assistente Técnico com recurso a utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo Aviso n.º 11820/2020, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 157 — 13 de agosto de 2020, nos termos e de acordo com a informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento Municipal da Medidata sob o nº 5312, do ano de 2022. -----

S.



R.

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- n) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º3 E N.º4 DO ARTIGO 30.º DA PORTARIA N.º12-A/2021 DE 11 DE JANEIRO, PARA UM ASSISTENTE OPERACIONAL/JARDINEIRO, PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- **1. PARECER DO FAM PARA RECRUTAR UM ASSISTENTE OPERACIONAL/JARDINEIRO ATRAVÉS DA RESERVA DE RECRUTAMENTO NO ÓRGÃO OU SERVIÇO – COMPLEMENTO À APROVAÇÃO DO PONTO n)** -----

----- A explicação deste ponto encontra-se na alínea anterior. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea n) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar o recrutamento de um Assistente Operacional/jardineiro com recurso à utilização da reserva de recrutamento do Procedimento Concursal Comum, aberto pelo aviso n.º 11820/2020, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 157 — 13 de agosto de 2020, nos termos e de acordo com a informação da Divisão Financeira, registada na aplicação de Atendimento Municipal da Medidata sob o n.º 5311, do ano de 2022. -----

----- Prossequindo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Brás, leu o ponto seguinte da ordem de trabalhos, a saber: -----

----- o) **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO – PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Câmara Municipal para prestar os respetivos esclarecimentos. Usou assim da palavra para intervir sobre este assunto a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Manuel Silva, que iniciou, cumprimentando todos os presentes. Explicou depois que estes compromissos plurianuais estão relacionados com valores que serão alocados para visitas de estudos, fichas e materiais escolares e transportes. Uma vez que são despesas que serão repartidas entre os dois anos civis, carecem de autorização da Assembleia Municipal e disponibilizou-se, depois, para prestar algum esclarecimento, caso a Assembleia Municipal eventualmente o entenda. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a explicação da Senhora Vice-Presidente e colocou de seguida o assunto à discussão. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea o) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, autorizar a assunção destes compromissos apresentados na informação da Divisão Económica, Social e da Educação, registada na aplicação de Atendimento Municipal da Medidata sob o n.º 5247 (cinco mil duzentos e quarenta e sete), do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos lendo o ponto seguinte: -----

----- p) **PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL: 01 DE OUTUBRO DE 2022 - PARA APROVAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o uso da palavra à Câmara Municipal para proceder aos respetivos esclarecimentos. Interveio a Senhora Vice-Presidente, Maria Manuel Silva para dizer que, inicialmente, tinham adiado esta assunção de competências para um de janeiro de dois mil e vinte e três. Explicou que com o decorrer das reuniões com a Comissão de Acompanhamento, da qual também faz parte, foram percebendo que ganharam condições para assumir, antecipadamente, estas competências e por isso a proposta é que estas competências sejam assumidas a partir de um de outubro deste ano, uma vez que os técnicos do Município já têm as formações devidamente feitas e os serviços estão preparados para começar a desempenhar estes trabalhos. No entanto, disse que até ao início do próximo ano, ainda estarão em fase de adaptação, mas é um serviço com o qual os nossos técnicos já estão de certa forma familiarizados, pela proximidade que tem havido com a Segurança Social, daí então antecipar estas competências, disse.

S.



R.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a explicação da Senhora Vice-Presidente e colocou de seguida o assunto à discussão. -----

----- Não havendo inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea p) do ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **UNANIMIDADE**, dos 23 (vinte e três) membros presentes, aprovar a proposta de aceitação das competências no domínio da Ação Social, registada na aplicação de Atendimento e Expediente da Medidata sob o n.º 5113 (cinco mil cento e treze) do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o último ponto da ordem de trabalhos: -----

----- **q) MODELO DE REGULAMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL, NOS TERMOS DO ART. 8º/3, DA PORTARIA Nº 188/2014, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA N.º 63/2021, DE 17 DE MARÇO, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL - PARA CONHECIMENTO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Vice-Presidente para prestar os devidos esclarecimentos. A Dr.ª Maria Manuel Silva explicou que este assunto vem no âmbito da transferência das competências no domínio da Ação Social e não é mais do que o Regulamento para o bom funcionamento destes serviços, nomeadamente no que diz respeito ao horário de funcionamento, à constituição da equipa técnica, que vai desenvolver os trabalhos e os direitos e deveres dos utilizadores destes serviços. Entretanto, disse que se tiverem alguma questão a colocar relativamente a este Regulamento, está disponível para responder. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o esclarecimento prestado pela Senhora Vice-Presidente e perguntou se algum deputado pretendia intervir relativamente a este ponto, não se verificando inscrições. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste assunto. -----

----- Continuando, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período da ordem do dia desta sessão, passando de seguida para o ponto do Período de Intervenção do Público. Perguntou depois se havia alguma pessoa do público presente que quisesse intervir. Verificou-se a inscrição do munícipe Carlos Simões, ao qual o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra. -----

4. Período de Intervenção do Público (art.º 22º e 41º do Regimento)

----- Usou então, de seguida, da palavra o munícipe Carlos Simões que começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Disse que ia falar sobre a Universidade Sénior de Alfândega, que foi criada há alguns anos, e foi da responsabilidade da Senhora Doutora Berta Nunes, que era, nessa altura, a Presidente da Câmara Municipal e que agora é da responsabilidade do Engenheiro Tavares. O Senhor Carlos disse que a criação desta instituição foi extraordinária para a população idosa deste Concelho, tendo suavizado a solidão que muitos viviam. Entretanto, disse que, com a mudança de presidente da Câmara, os alunos da Universidade Sénior sentiram algum receio relativamente à continuidade ou não desta Universidade, mas, felizmente, disse, não houve qualquer alteração no seu funcionamento, tendo depois agradecido ao Senhor Presidente Eduardo Tavares, pois deu continuidade àquilo que foi criado pela Dr.ª Berta, ou melhor ainda, superou e por isso disse que a turma da terceira idade está extremamente agradecida. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, no seguimento do que foi dito pelo Senhor Carlos Simões e, dirigindo-se a ele, disse que ele é que tem que agradecer a todos os seniores deste Concelho, aos técnicos e à Liga dos Amigos pelo empenho e alegria em manter este projeto vivo e que é graças a eles que esse projeto se mantém vivo e não graças a ele. Concordou depois com o que ele disse, ou seja, de ele continuar com "os livros da Dr.ª Berta" e fá-lo com muita honra e muito orgulho. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, a título pessoal, as intervenções que o Senhor Carlos Simões tem feito em quase todas as sessões de Assembleia, sempre com assuntos pertinentes e deu-lhe os parabéns. Disse ainda que precisavam de "muitos Senhores Carlos Simões". -----

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e passou-se depois à leitura, por parte da primeira secretária, da minuta da ata. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

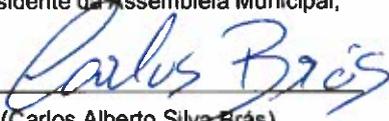
----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito de imediato. -----

----- A minuta da ata foi aprovada por **UNANIMIDADE**, dos vinte e três deputados presentes. -----

----- Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, bem como aos colaboradores do Município que organizaram esta sessão da Assembleia, desejando a continuação de uma boa noite a todos os presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e doze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

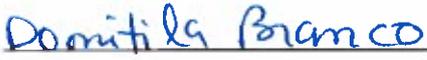
O Presidente da Assembleia Municipal,


(Carlos Alberto Silva Brás)

A Primeira Secretária


(Carla Maria Bravo Franco)

A Segunda Secretária


(Domitila de Fátima Morais Branco)

Ata aprovada, por na sessão da Assembleia Municipal de ____/____/____
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  (Carlos Alberto Silva Brás)
A Primeira Secretária  (Carla Maria Bravo Franco)
A Segunda Secretária  (Domitila de Fátima Morais Branco)